

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE RASTREABILIDADE INDIVIDUAL OBRIGATÓRIA NO REBANHO BOVINO DO ESTADO DO PARÁ - MODELAGEM DE CENÁRIOS DO IMPACTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DE MERCADO, FINANCEIRO, TRIBUTÁRIO, SANITÁRIO E SOCIAL

1. CONTEXTO

Há mais de uma década, atores da cadeia da pecuária operando na Amazônia têm sido foco de mobilizações de setores públicos e da sociedade civil brasileira em busca de aprimorar aspectos de sustentabilidade e eliminar ilegalidades sociais e ambientais de sua cadeia de valor. Em 2009, relatório lançado pela ONG Greenpeace chamado [“A Farra do Boi”](#), colocava a pecuária como principal impulsionador de desmatamento na Amazônia, o que levou a uma contundente mobilização da sociedade civil acerca dessa pauta. Como resposta, os maiores frigoríficos do país assinaram o Compromisso Público da Pecuária, que determinava critérios de desmatamento zero para o setor. Naquele mesmo ano, ações do MPF do Pará lideradas pelo Procurador da República Daniel Azeredo levaram os grandes frigoríficos a assumirem compromissos a partir de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que tratam, entre outros aspectos, da urgência na redução do desmatamento ilegal na região da Amazônia.

De lá para cá, importadores, indústria, instituições financeiras e o varejo vêm avançando em mecanismos de monitoramento de cadeia, aplicando tecnologia e buscando aprimorar sua adesão aos compromissos públicos, com amplo apoio de organizações da sociedade civil e da cooperação internacional, que hoje apresenta crescente demanda por produtos isentos de relação com o desmatamento. Apesar dos avanços, ainda existem relevantes lacunas que enfraquecem a possibilidade de rastreabilidade da cadeia como um todo. Um exemplo disso é a dificuldade que os frigoríficos encontram em identificar e garantir que seus inúmeros fornecedores indiretos estejam em plena conformidade ambiental.

Por não conseguir comprovar o controle sanitário e socioambiental em toda a cadeia produtiva, o Brasil enfrenta ainda desafios em obter mais valor agregado à carne bovina. Como exemplo, no ano de 2020, 230 investidores com portfólio de US\$ 16,2 trilhões, equivalente a quase nove vezes o PIB do Brasil, emitiram um comunicado conjunto pressionando empresas a implementarem políticas contra o desmatamento em suas cadeias de fornecedores. A questão da rastreabilidade da cadeia da carne, portanto, é considerada um tema prioritário para o mercado, que cada vez mais exige a legalidade, rastreabilidade e transparência.

2. SOBRE O INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL THE NATURE CONSERVANCY

A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização global de conservação dedicada à conservação das terras e águas das quais a vida depende. Guiados pela ciência, criamos

soluções inovadoras, em campo, para os desafios mais difíceis do nosso mundo, para que a natureza e as pessoas possam prosperar juntas. Estamos enfrentando a mudança climática, conservando terras, águas e oceanos em uma escala sem precedentes, fornecendo alimentos e água de forma sustentável e ajudando a tornar as cidades mais sustentáveis. Trabalhando em 79 países, usamos uma abordagem colaborativa que envolve comunidades locais, governos, o setor privado e outros parceiros.

No Brasil, a TNC implanta projetos de conservação em parceria com organizações não governamentais, empresas e órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, contribuindo com a proteção de cerca de dois milhões de hectares. Em especial na Amazônia, a TNC Brasil atua há mais de 15 anos e tem foco na consolidação de metodologias, ferramentas e instrumentos visando à implementação de políticas de controle do desmatamento e à responsabilidade e sustentabilidade das práticas agrícolas em larga escala. Nessa região, a TNC também atua fortemente na conservação e no bem-estar de Povos Indígenas por meio do incentivo à gestão territorial em bases ambientalmente responsáveis como ferramenta de planejamento e ação estratégica das comunidades indígenas, promovendo a conservação efetiva da biodiversidade e socio diversidade. Adicionalmente a TNC vem trabalhando cada vez mais para que os seus programas de conservação sejam desenvolvidos e implementados de forma integrada e transversal, alcançando não só resultados de conservação dos recursos naturais mais consistentes e robustos frente aos desafios enfrentados pela sociedade, como também a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste caminho, questões como a promoção da equidade de gênero e da igualdade racial são fundamentais quando pensamos em soluções inclusivas e equitativas para todas e todos.

3. CONTEXTO DA INICIATIVA

Ministério Público Federal tem atuado em defesa dos interesses da sociedade exigindo o cumprimento da lei por parte das indústrias frigoríficas considerando as mesmas, como atores econômicos relevantes, responsáveis pelo cumprimento destas leis em suas cadeias de fornecimento, através de protocolos de transparência como “Boi na Linha” e termos de ajustamento de conduta. O mecanismo de rastreabilidade e transparência disponível no país, através da Guia de Trânsito Animal, enfrenta dificuldades técnicas para identificação da origem e verificação da conformidade durante o ciclo de vida do animal. Desenvolvido para controle sanitário e erradicação da febre aftosa, acompanha a movimentação de lotes de animais entre propriedades de origem e destino, que se misturam nas propriedades seguintes. Em um contexto em que os animais podem passar por diversas propriedades em seu ciclo de vida, as ilegalidades da cadeia são escondidas nas camadas inferiores de fornecimento e o gado lavado e triangulado através de propriedades conformes, impedindo o correto controle por parte das indústrias. Além disso, o acesso as informações da GTA por parte das indústrias para controle de compliance encontra dificuldades inerentes a alegada confidencialidade

destas informações, protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), impedindo a completa operacionalização de sistemas de verificação.

Sem uma política pública efetiva de rastreabilidade individual e outras ações que permitam a visibilidade completa da trajetória dos animais ao longo de toda cadeia produtiva não temos mudanças significativas no status atual.

O debate sobre a adoção de um sistema de rastreabilidade individual cresce frente a urgência de ações para combater a degradação do meio ambiente, entretanto a sociedade, governantes e legisladores não dispõe de informações técnicas objetivas que respaldem este debate quanto aos benefícios econômicos da implantação de tal sistema.

4. OBJETIVO

Desenvolver um estudo econômico, robusto e detalhado, com a modelagem de no mínimo dois cenários de avaliação - i) *Business as Usual* e ii) Política de rastreabilidade do rebanho bovino – que forneça indicadores mínimos quantitativo e qualitativo, por grupo temático de impactos sociais, ambientais, sanitários, tributários, financeiros e de mercado, oriundos da implementação de medidas e ações de um sistema de rastreabilidade bovina individual obrigatória no estado do Pará. Para que seja um material orientativo aos atores públicos e privados, a metodologia deverá abarcar a definição prévia das metas da política de rastreabilidade de rebanho bovino e, a partir de tais metas, modelar para um horizonte temporal definido os impactos estimados relativos às esferas pública e privada, de modo que contribua para as discussões e na tomada de decisão quanto à implementação do sistema supramencionado.

5. ATIVIDADES PROPOSTAS

A empresa de consultoria deverá desenvolver o estudo econômico e apresentar relatório detalhado, descrevendo e apresentando metodologia de definição das metas da política de rastreabilidade bovina e de definição dos cenários para seu cumprimento, método da modelagem dos impactos em um horizonte temporal definido, levantamento de dados secundários e primários utilizados, indicadores, análises, memórias de cálculo e resultados. Os quatro grandes temas (Mercado & Financeiro, Tributário, Sanitário e Zootécnicos, Social & Ambiental) deverão ser amplamente estudados, quantificando os indicadores previamente determinados, o retorno econômico e qualificando aspectos reputacionais, sociais e outros importantes que promovam e corroborem com a implementação do sistema de rastreabilidade bovina obrigatória e individual (cf. Anexo B). Deverá ser realizado um levantamento de instituições públicas e privadas, relacionadas à cadeia da pecuária, para realização de entrevistas de forma remota, coleta de informações e dados para o desenvolvimento do estudo. As instituições poderão ser indicadas pela TNC, além das sugeridas pela consultoria.

A empresa contratada deverá desenvolver dois workshops presenciais na cidade de Belém/Pará com o objetivo de definição dos cenários passíveis de implementação relativos às metas da política de rastreabilidade bovina, assim como a identificação dos impactos e dos indicadores a serem levantados. O primeiro terá participação de atores público-privados, com objetivo de validar as premissas dos cenários BAU e da Política, e identificar quais os critérios e indicadores de impacto relevantes e indispensáveis deverão ser considerados no estudo. O segundo workshop será de apresentação e validação do estudo com os resultados da modelagem com as estimativas dos impactos quantificados em termos de variação e dos impactos qualitativos de forma analítica descritiva. As modificações, melhorias, sugestões deverão ser integradas no relatório final. TNC se encarregará dos convites aos convidados, locação de espaço, projeção, sonorização, coffee break.

Será também designada uma equipe técnica da TNC para acompanhar o desenvolvimento dos produtos, através de reuniões periódicas.

No **Anexo B** está o detalhamento para cada grupo temático que queremos aprofundar, que ajudará no desenvolvimento das atividades, no estabelecimento dos critérios econômicos, indicadores e na construção deste produto.

6. PRODUTOS E SERVIÇOS ESPERADOS

Produto A - Plano de Trabalho Geral – A empresa de consultoria deverá entregar o Plano Geral de Trabalho, contendo a proposta técnica detalhada, planejamento das ações, descrição da metodologia de trabalho e de elaboração do workshop 1 e 2, das atividades, levantamento de instituições públicas e privadas que serão entrevistadas e etapas para alcançar os objetivos, os responsáveis por cada atividade e cronograma das ações com previsão de início e fim das atividades.

Produto B - Estabelecimento da modelagem dos cenários BAU e da Política, com a avaliação do impacto em um horizonte temporal das variáveis e indicadores econômicos para os quatro grandes temas descritos no Anexo B– O modelo e as variáveis econômicas a serem utilizadas no estudo serão identificados a partir de discussões com equipe da TNC, entrevistas e workshop/seminário com instituições públicas-privadas identificadas pela TNC.

Produto C – Relatório preliminar, apresentação e validação em workshop– Entrega do relatório preliminar a ser apresentado com os resultados iniciais da modelagem (em planilha Excel e Word), discussão e validação em workshop presencial na cidade de Belém/Pará.

Produto D – Materiais Finais – Entrega do Relatório Final diagramado em formato pdf, planilha em excel com resultado final da modelagem e uma apresentação, em documento Microsoft Power Point, discorrendo sobre o processo de construção e os resultados obtidos.

Reuniões com equipe da TNC serão imprescindíveis para a elaboração de todos os produtos.

7. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A empresa de consultoria deverá realizar orçamento para a proposta, informando o valor total e por produto. Importante considerar todas as despesas inclusas no valor, pois este Termo não considerará desembolso de despesas de viagens.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas no prazo máximo de cinco meses, de acordo com a sugestão de cronograma de entrega dos produtos apresentado acima. O contrato terá duração de oito meses, a partir da data de assinatura, considerando possíveis ajustes após as entregas finais, sendo aceitável e desejável seguir o cronograma ou antecipação de entregas, desde que atendidos os requisitos e padrões de qualidades exigidos pelo presente TdR.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, todos os descontos estipulados por lei.

A consultoria contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para a TNC em meio digital por e-mail, dentro dos prazos previstos.

Os pagamentos serão realizados no prazo de 15 dias úteis a partir da aprovação das respectivas entregas de acordo com os critérios estabelecidos no presente termo de referência e da emissão da nota fiscal correspondente pela consultoria contratada. O pagamento será realizado via transferência bancária para conta em nome do titular contratado. **IMPORTANTE:** A conta deve estar em nome da Pessoa Jurídica, e não de seus gestores ou proprietários.

Produto	Entregas	Prazo de Entrega	Desembolso
A Plano de Trabalho Geral	Proposta técnica detalhada, planejamento das ações, descrição da metodologia e das atividades e etapas para alcançar os objetivos, os responsáveis por cada atividade e cronograma das ações com previsão de início e fim das atividades. Reuniões com equipe da TNC será imprescindível para a elaboração deste produto.	15 dias corridos após assinatura do contrato pelas partes	20% na entrega e aprovação do Produto A pela TNC
B Estabelecimento da modelagem dos dois cenários BAU e Política e das variáveis de impacto	Relatório 1 das entrevistas com atores público-privados; Relatório 2 do workshop presencial de identificação de quais critérios relevantes, premissas e indicadores indispensáveis que serão considerados na modelagem; Relatório 3 apresentando o estabelecimento da modelagem, das variáveis e indicadores para a quantificação do impacto por grande tema.	45 dias corridos após assinatura do contrato pelas partes	25% na entrega e aprovação do Produto B pela TNC
C Relatório preliminar	Relatório 4 com os resultados preliminares (planilha Excel e Word) a ser validado em workshop presencial.	110 dias corridos após assinatura do contrato pelas partes	30% na entrega e aprovação do Produto C pela TNC
D	Relatório Final 5 diagramado em formato pdf; Planilha Excel com os resultados da modelagem;	140 dias corridos após assinatura	25% na entrega e aprovação do

Materiais Finais	Documento Microsoft Power Point, discorrendo sobre o processo de construção e os resultados obtidos; Relatório do workshop presencial de validação.	do contrato pelas partes	Produto D pela TNC
------------------	--	--------------------------	--------------------

8. PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA

A proposta técnico-financeira a ser apresentada deve conter os seguintes itens:

a. Justificativa e qualificação do(a) proponente:

Breve descrição da experiência da consultoria proponente (incluir link para acesso ao portfólio de projetos desenvolvidos);

A experiência prévia com projetos e atividades relacionados à área a ser desenvolvida;

Indicação da equipe envolvida e disponibilização dos currículos dos profissionais responsáveis (incluir apenas os links de cada profissional);

O serviço deve ser prestado, preferencialmente, por pessoa jurídica.

b. Metodologia:

Descrição do passo a passo para o desenvolvimento do estudo, incluindo os métodos utilizados e atividades necessárias para a elaboração do produto.

c. Proposta financeira

A proposta financeira deverá apresentar o valor total e por produto, conforme o percentual de desembolsos indicado no item 6.

d. Anexo A preenchido.

9. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A avaliação das propostas considerará o alinhamento da proposta técnica apresentada aos objetivos deste TDR; a experiência da proponente em relação ao serviço demandado; a experiência da equipe envolvida e o valor final da proposta. É estimulado o estabelecimento de consórcios considerando as distintas qualificações demandadas. É importante que a proposta de orçamento considere todos os gastos envolvidos com logística e impostos.

10. PROPRIEDADE INTELECTUAL, DE DOCUMENTOS E DADOS

Tudo o que for produzido por meio do Contrato de Prestação de Serviços será de propriedade exclusiva da TNC, independentemente do valor. Todos os dados coletados deverão seguir orientações da TNC quanto ao armazenamento e tratamento, considerando também informe final de transferência e exclusão de dados.

11. SUBMISSÃO DE PROPOSTAS

A proposta técnico-financeira deverá ser encaminhada até, no máximo, às 23h00 horário de Brasília do dia 08 de março de 2024.

12. CONTATOS

As propostas técnico-financeiras devem ser enviadas para Elder Figueira Prado - elder.prado@tnc.org dentro do prazo e da forma previstos nos itens acima.

ANEXOS

Anexo A: Dados do proponente

Dados do Proponente – Contratação de Pessoa Jurídica que emitirá Nota Fiscal com CNPJ

Razão Social:

Tipo (com/sem fins lucrativos, empresa individual etc.):

Endereço/Cidade/Estado/ CEP:

Nome/Cargo do Representante (pessoa que assinará o contrato):

Telefone:

E-mail:

Nome/Cargo do Responsável pelo Contrato (se houver):

CNPJ:

Inscr. Estadual (se houver):

Nome do Banco, Nº da agência e Nº da conta (em nome da Razão Social da PJ):

Anexo B: Grupos temáticos que pretendemos aprofundar

MERCADO & FINANCEIRO

Resumo: Demonstrar os custos de implementação da política e os impactos da rastreabilidade individual no acesso a novos mercados, expansão em mercados já estabelecidos e impactos financeiros para atores do setor considerando variáveis macroeconômicas, indicadores financeiros e econômicos do setor privado (frigoríficos, produtores etc.).

Exemplos de resultados a serem estimados: Impacto no PIB agropecuário e Valor Bruto de Produção, impacto na receita de exportação de carne bovina no estado do Pará através do acesso a mercados de valor agregado impacto na produção (Haverá ganho de eficiência? Quanto? Como?), impactos no investimento em tecnologia e inovação, etc.

Premissas que podem ser consideradas:

1. Expansão para outros mercados e manutenção de mercados atuais, com agregação de valor da carne:
 - Impacto financeiro na cadeia da pecuária
 - Valor da arroba
 - Valor da carne comercializada
 - Acesso a mercados que exigem rastreabilidade (aumento de exportações de carne devido à conformidade regulatória, melhora da imagem da indústria bovina brasileira no exterior etc.)

- Tendências de ampliação das exigências de rastreabilidade nos principais mercados para os quais o Brasil exporta carne, couro e subprodutos
 - Criação de novos relacionamentos comerciais com redes de varejo e food service no mercado interno chave de varejo)
 - Manutenção de Mercados Atuais por demonstrar *compliance* socioambiental (produção de carne sustentável e responsável)
 - Cumprimento de Requisitos Legais e Sanitários para:
 - Atendimento às exigências governamentais e regulatórias
 - Manutenção do acesso a mercados internacionais e nacionais
 - Evitar sanções e multas decorrentes do descumprimento das normas
2. Valorização da imagem da carne do Pará, devido à:
- Transparência da cadeia produtiva
 - Impacto na confiança do consumidor
 - Impacto na competitividade e diferenciação no mercado pela comprovação de origem e qualidade
 - Benefícios de um “*Green Deal*” com países importadores
3. Impacto na eficiência na Cadeia da pecuária
- Redução na capacidade ociosa dos frigoríficos
 - Controle e gestão da produção, logística e distribuição
 - Perdas e desperdícios ao longo da cadeia de valor
 - Melhoria de processos e de produtividade
4. Acesso a linhas de crédito diferenciadas para empresas que implementarem a rastreabilidade em suas cadeias
- Custo de capital médio e potencial para empresas
5. Fortalecimento da Cadeia Agropecuária
- Estímulo ao investimento em tecnologia e inovação
 - Desenvolvimento de cadeias produtivas mais eficientes e competitivas

TRIBUTÁRIO

Resumo: A rastreabilidade do setor pecuário pode aumentar a arrecadação fiscal do estado?

Exemplos de resultados a serem estimados: Impacto na informalidade do setor, impacto na arrecadação em decorrência de possível aumento da receita do setor privado, através da melhoria do valor de comercialização dos produtos oriundos da cadeia da carne. Dentre os tributos que podem ser considerados estão: ICMS, PIS, COFINS, IPI, Funrural, IE e outros.

Premissas que podem ser consideradas:

- Impacto na arrecadação de impostos no setor pecuário, devido ao possível aumento de receita do setor privado
- Impacto na informalidade, irregularidade e evasão fiscal
- Abertura de novas empresas exportadoras no estado

- Possíveis mudanças de cenário com a reforma tributária

SANITÁRIO E ZOOTÉCNICO

Resumo: O rastreamento da origem de animais utilizados na produção de alimentos permite melhor atuação para contenção e prevenção de possíveis focos de doenças, melhora no manejo do rebanho, bem como traz impactos como redução de gastos em saúde pública com doenças transmitidas através da carne não inspecionada.

Exemplos de resultados a serem estimados: gasto em saúde pública evitado devido a redução do surto de doenças relacionados ao consumo de carne bovina e contaminação de animais, perdas de rebanho evitado por controle de doenças, redução de gastos com medicamentos e tratamentos veterinários de toda cadeia, maior celeridade no tratamento de episódios sanitários eventuais (Aftosa, BSE, etc), reduzindo períodos de embargo, melhora no controle de doenças infectocontagiosas como Brucelose e Tuberculose etc.

Premissas que podem ser consideradas:

1. Redução de perda do rebanho por disseminação de doenças na cadeia produtiva:
 - Melhoria na gestão e monitoramento de vacinações e tratamentos de doenças
2. Redução de surtos de zoonoses e proteção da saúde pública, devido à:
 - Atuação mais precisa no controle e prevenção de transmissão de doenças animais para os seres humanos
 - Redução do risco de doenças transmitidas por alimentos (carne de abate clandestino, doença não rastreada etc.)
3. Redução de gastos com medicamentos e tratamentos veterinários
4. Benefícios provenientes de melhorias no manejo animal
 - Melhor utilização de insumos e manejo reprodutivo da propriedade
 - Monitoramento da condição geral do rebanho e desempenho

SOCIAL & AMBIENTAL

Resumo: A rastreabilidade pode fortalecer comunidades rurais, pequenos e médios produtores com o aumento de valor agregado da carne

Exemplos de resultados a serem estimados: quantidade de novos empregos gerados no setor privado devido à expansão da capacidade produtiva, aumento de renda de pequenos e médios produtores, devido à agregação e valor da carne, incremento de propriedades com regularização ambiental, redução de taxas de desmatamentos e invasões de áreas protegidas (TI, UC, TQ).

Premissas que podem ser consideradas:

1. Valorização e fortalecimento dos pequenos e médios produtores:
 - Inclusão dos pequenos e médios produtores em cadeias de maior remuneração ou de valor agregado
 - Profissionalização das atividades produtivas
 - Diminuição do êxodo rural de jovens e adultos do campo

- Incentivo para regularização ambiental de propriedades rurais
 - Melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, suas famílias, comunidade e sociedade em geral
2. Aumento da transparência e Responsabilidade
- Identificação de responsáveis por práticas ilegais
 - Promove a transparência na cadeia de suprimentos de carne
 - Estimula a adoção de práticas sustentáveis e éticas
3. Impacto Ambiental e Sustentabilidade
- Garantia de verificação de mitigação de emissões de GEE pela redução da conversão de uso da terra
 - Possibilita a redução do desmatamento e uso eficiente de recursos naturais
 - Estímulo às práticas sustentáveis e regenerativas
 - Promove uma produção de carne mais sustentável e responsável